



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
1º Grupo de Câmaras Cíveis

Agravo Regimental: 174719-3/01 - Comarca: Recife
Agravante: Estado de Pernambuco
Agravada: Edineia de Pinho Monteiro
Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

EMENTA: PROCESSO CIVIL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. ATO COATOR EVIDENCIADO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. SAÚDE. NEGATIVA DO ESTADO EM RELAÇÃO AO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. MIELODISPLASIA. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. PRESENÇA DO PERICULUM IN MORA E DO FUMUS BONI IURIS NO MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA EM SEDE DE AÇÃO MANDAMENTAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

- 5456
- A incompetência do juízo não pode prevalecer, em face de se tratar de competência concorrente, ou seja, o Estado de Pernambuco quem deve tratar da problemática instaurada, fornecendo o medicamento pleiteado, vez que a União e o Município não possuem interesse no feito, sendo desnecessária a citação dos mesmos;
 - É claro o ato coator na presente demanda, pois o Estado não demonstrou nenhum interesse em proporcionar a agravada qualquer tipo de tratamento médico que possibilitasse uma melhora no quadro clínico da paciente;
 - O fornecimento do medicamento deferaxirox (exjade) não pode ser negado a cidadã, vez que a mesma não tem condições de comprar tal remédio sem prejuízo de seu sustento, ou seja, o Estado deve fornecê-lo, para garantir que todos os meios médicos foram utilizados para resguardar a vida da paciente;
 - Os requisitos que permitem a concessão do efeito suspensivo ficaram evidenciados no *mandamus*, mas não foram apresentados no Agravo Regimental, portanto não há como se modificar a decisão prolatada;
 - Agravo Regimental improvido, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente Agravo Regimental nº 174719-3/01, tendo como agravante o Estado de Pernambuco e agravada Edineia de Pinho Monteiro.

ACORDAM os Desembargadores que compõem o 1º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em NEGAR provimento ao recurso regimental interposto, à unanimidade de votos, confirmando a decisão proferida no Mandado de Segurança nº 193916-4, na conformidade do relatório e voto anexo, que passam a integrar esse julgado.

Recife,

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
1º Grupo de Câmaras Cíveis

Agravo Regimental: 174719-3/01 - Comarca: Recife
Agravante: Estado de Pernambuco
Procuradora do Estado: Maria Cláudia Junqueira
Agravada: Edineia de Pinho Monteiro
Advogada: Ana Carla P. Monteiro
Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

RELATÓRIO

O Estado de Pernambuco, por meio de seus procuradores, ingressa com o presente recurso Regimental com o fito de modificar o decisório proferido no Mandado de Segurança nº 174719-3, que deferiu o pedido liminar, referente a obrigatoriedade do Estado de Pernambuco em fornecer o medicamento DEFERASIROX (EXJADE), que combate a GRAVÍSSIMA doença MIELODISPLASIA, patologia de alto risco de transformação LEUCÊMICA, sendo o único meio capaz de garantir a vida a paciente, vez que os outros tratamentos não surtiram os efeitos desejados.

Elucida o Estado de Pernambuco, que a decisão concessiva de liminar deve ser anulada em virtude da incompetência absoluta do juízo, vez que estaria se tratando do dever de prestar a saúde ao cidadão, que deve ser considerada comum tanto da União, como dos Estados e Municípios, ou seja, a competência para conhecer e julgar o *mandamus* é da justiça federal, pelo fato da União dever ser tida como integrante da demanda, no pólo passivo.

Assevera ainda o agravante, que não bastasse essas impossibilidades, é sabido que existem outras drogas passíveis de combater a doença existente, além do mais, o medicamento em apreço não está dentro do Protocolo do Ministério da Saúde, tendo valor bastante elevado.

Aduz também o recorrente, que não se afiguram presentes direitos que amparem a tese apresentada pela recorrida, pois vai de encontro a diversos princípios constitucionais, além do mais, defende a importância da concretização do princípio da reserva do possível e da ausência de caráter absoluto aos direitos fundamentais.

Requer ao fim que seja reconsiderada a decisão concessiva de liminar proferida em sede de Mandado de Segurança, e se não for esse o entendimento, que seja levado o feito à Julgamento, para que possa vir a ser reformada a decisão combatida, através de julgamento do Órgão colegiado.

É o relatório,
Recife, 18/12/2007

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão
1º Grupo de Câmaras Cíveis

Agravo Regimental: 174719-3/01 - Comarca: Recife
Agravante: Estado de Pernambuco
Procuradora do Estado: Maria Cláudia Junqueira
Agravada: Edineia de Pinho Monteiro
Advogada: Ana Carla P. Monteiro
Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

VOTO DO RELATOR

Pretende o Estado recorrente através da interposição do presente Agravo Regimental, a mudança da decisão concessiva proferida na ação mandamental de nº 174719-3, vez que não existe verossimilhança das alegações apresentadas, pois não pode ser o Estado compelido a comprar medicamentos sem a feitura de licitação, além de não estarem presentes os requisitos necessários a concessão do pleito, principalmente quando não se tem certeza sobre a eficácia da medicação requerida. Assevera ainda, que não teria a Justiça Estadual competência para processar e julgar o feito.

Analisando o presente recurso, percebo que o Estado não demonstra qualquer elemento capaz de motivar a modificação da decisão proferida em sede de *mandamus*, vez que não trouxe ao bojo dos presentes autos provas que ratificassem as alegativas apresentadas, apenas salientando que o medicamento pleiteado tem custo bastante elevado e a recorrida não apresentou provas a respeito da necessidade de utilização do medicamento.

Prefacialmente, destaco que a responsabilidade pela prestação de saúde aos cidadãos é da União, Estados e Municípios, podendo ser demandado qualquer ente público a prestação do serviço, portanto, é correta a propositura da ação em relação ao Estado, vez que se trata de competência concorrente, ou seja, no momento em que um deles não presta corretamente os serviços pode ser responsabilizado, o que rechaça a idéia de incompetência do juízo para processar e julgar a presente demanda.

Conclui-se que como o Município e a União não são partes na demanda mandamental, ou seja, não se qualificam como litisconsortes passivos necessários, desnecessária é a citação dos mesmos para integrarem a lide, por se tratar de competência concorrente entre os entes públicos indicados, vez que qualquer deles poderia ser compelido a fornecer a medicação necessária ao tratamento do paciente, já que a mesma possui doença grave.

Destaco o artigo 196 da Carta Política pátria a respeito do tema de saúde, que estabelece a competência do Estado, de forma ampla, para garantir a saúde e os meios de acesso a esta a todos os cidadãos. O artigo 198, inciso II, da Constituição pátria estabelece que cada esfera de governo pode descentralizar a saúde, para melhor atender a sociedade. Consta-se que a competência é concorrente do Estado, Municípios e União, incidindo assim a

197 21 C

repartição das alçadas legislativas, ou seja, cada ente tratará a respeito de proteção e defesa da saúde, observando-se que não necessita a União ser parte no pólo passivo da demanda mandamental, vez que o Estado de Pernambuco possui sua própria política pública de saúde.

Transcrevo a seguir julgados dessa Colenda Corte a respeito do assunto, que ratificam o pensamento exposto:

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ESTADO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PARA A CAUSA. 1. Descentralização das ações e serviços públicos de saúde (art. 198, I, CF e Lei nº 8.080/1990) a definir a competência da justiça estadual para apreciação da causa. 2. Responsabilidade solidária do Estado pelo fornecimento gratuito de medicamento a pessoa carente, face à competência concorrente, residual, para legislar sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, XII, CF). 3. Inexistência de afronta à Portaria nº 639/2000, do Ministério da Saúde, porque de grau hierárquico inferior à Lei Maior e à lei ordinária acima indicada. 4. Inexistência de afronta ao art. 1º, § 3º, da Lei nº 8.437/1992, porque inaplicável às 'hipóteses de providências médicas urgentes' (RSTJ 127/227). 5. Agravo regimental desprovido. Iterativos precedentes jurisprudenciais. (Agravo Regimental: 81133-2/01; Comarca: Recife; Relator: Des. Fernando Ferreira; Órgão julgador: 1º Grupo de Câmaras Cíveis; Data do julgamento: 29/5/2002; Publicação: Nº DJ: 162 Data da Publicação: 27/8/2002).

Ementa: 1. Mandado de segurança - Enfermidade grave - Não fornecimento da medicação - Ato impugnado. Os documentos acostados à petição inicial do writ comprovam e atestam que o impetrante é portador de grave enfermidade. Se, todavia, o Estado lhe tivesse fornecido, regularmente, a medicação de que necessita, é evidente que ele não teria impetrado a segurança. Preliminar rejeitada. Decisão unânime. 2. Paciente portador de hepatite crônica - Tratamento - Competência - Justiça Estadual. É do Tribunal de Justiça a competência para processar e julgar mandado de segurança impetrado com a finalidade de compelir o Secretário de Saúde do Estado a fornecer medicamento a paciente portador de hepatite crônica. Descabimento da alegação de que se impõe a presença do Ministro da Saúde no pólo passivo da relação processual. Preliminar rejeitada. Decisão indiscrepante. 3. Mérito - Saúde Pública - Proteção - Dever do Estado. É dever do Poder Público, em qualquer uma de suas esferas (federal, estadual ou municipal) velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos. Aplicação dos arts. 196 e 198 da Constituição Federal. Segurança concedida. Votação unânime. (Mandado de Segurança: 93116-2; Comarca: Recife; Relator: Des. Márcio Xavier; Órgão julgador: 1º Grupo de Câmaras Cíveis; Data do julgamento: 7/4/2004; Publicação: Nº DJ: 101 Data da Publicação: 2/6/2004).

Ora, ante tal dispositivo legal não restam dúvidas de que a competência para processar e julgar a ação mandamental outrora impetrada é da Justiça Estadual, vez que se trata de competência concorrente do Estado, da União e dos Municípios, devendo ser repartida para um melhor alcance de resultados, portanto, compete ao Estado de Pernambuco fornecer medicamentos a pessoas que sem eles pereceriam.

Noutra seara, percebe-se que a autora do *mandamus* possui gravíssima doença, MIELODISPLASIA, patologia de alto risco de transformação LEUCÊMICA, devendo serem resguardadas suas condições de vida mínimas por meio de ações do Estado, que tem o condão de proporcionar saúde aos cidadãos, entretanto, a Administração Pública afirma

que não deve fornecer o medicamento em face do alto valor, o que não pode prosperar no caso em comento.

Esclarece-se que não houve qualquer ato do Estado de Pernambuco no sentido de demonstrar que possuía qualquer intenção de propiciar à agravada o tratamento de saúde requerido nem ao menos ofereceu a cidadã outros meios, plausíveis, para tentar conter o avanço da doença grave que possui, se evidenciando assim uma grave negligência estatal.

Destaco, que o Estado de Pernambuco deve tentar ao máximo garantir uma qualidade de vida digna aos cidadãos, através da busca pelos melhores tratamentos de saúde possíveis e fornecimento de medicamentos, mesmo que possuam valor superior ao habitual, vez que a vida humana é o bem maior a ser defendido pelos governantes, principalmente quando a contribuinte possui uma doença grave como MIELODISPLASIA.

Merece destaque a discussão em torno da alegação de inexistência de prova pré-constituída, que não pode prosperar, pois ficou latente na ação mandamental, vez que um laudo médico é tido como verídico e honesto até que se prove o contrário, ou seja, não há motivos para se desconfiar da veracidade das alegações prestadas no laudo médico apresentado, além do mais, o médico que determinou o tratamento em tela é da rede pública, trabalhando no HEMOPE.

Outrossim, o caso em comento se refere ao bem maior do homem, a vida, que não pode ser preterido por uma simples autorização do Ministério da Saúde em relação a um medicamento que pode possibilitar ao paciente melhores condições de tratamento e de vida, além do mais, o fornecimento é de responsabilidade do Estado, que deve resguardar os direitos dos cidadãos que pagam impostos e não podem ver suas possibilidades de garantia de vida se esvaírem por um capricho ou um preço mais alto, que sequer ficou comprovado no caso, vez que a Administração Pública não trouxe ao bojo dos autos os valores do medicamento.

Destaque-se ainda que o pedido é possível, diferentemente do que alegou o Estado recorrente, vez que se o tratamento apontado no *mandamus* não for iniciado de maneira imediata pode a Impetrante não ter mais condições de manter sua vida, além do mais, a recorrida pode vir a falecer ou ter sua doença agravada, o que fará com que o Estado seja responsabilizado por omissão, ao não fornecer um medicamento requerido.

É mister salientar, que a agravada demonstrou os prejuízos que ocorreriam se não recebesse do Estado a medicação referenciada, pois não pode comprá-la sem que ocorra prejuízo para a sua manutenção e de sua família, o que não foi rebatido com provas conclusivas na presente insurgência regimental, e que deu azo a concessão da medida liminar no *mandamus* que não pode ser modificada de plano, sem que se refutem os argumentos que permitiram a concessão da mesma, ao revés, seria irracional e injusto anular um decisório que permite a uma cidadã a busca máxima pela vida.

Por outro lado, embora inicial a discussão a respeito da concessão da medida liminar, observo que não foram apresentados elementos autorizadores para a modificação de tal "*decisum*", pois restavam evidentes os elementos que autorizavam a concessão do efeito suspensivo solicitado pela parte requerente, vez que ficou claro que em caso de negativa do pleito a agravada poderia vir a falecer ou sua doença chegar a um estágio irreversível, o

1993
C

que denotaria a responsabilidade do Estado, que tem o dever de resguardar os direitos dos cidadãos e de seus familiares, de acordo com a Constituição.

No que tange a importância da concretização do princípio da reserva do possível e da ausência de caráter absoluto aos direitos fundamentais não vislumbro meios de ver quaisquer destas alegações prosperarem, pois se referem a perfeitas ilações teóricas, que não devem ser aplicadas de forma total no caso prático, ao revés, a demanda em apreço tem como pleito final a VIDA. Existe algum bem maior?

Entenda-se da idéia apresentada pelo Estado recorrente que as teorias apontadas devem prevalecer na demanda, entretanto, como poderia ser desconsiderado o princípio fundamental que dá azo a todos os outros? Não pode, pois a VIDA é o sustentáculo de todos os outros direitos fundamentais, além do mais, o princípio da reserva do possível deve sim ser aplicado no caso em epígrafe, mas no sentido de serem garantidos os melhores meios de qualidade de vida aos cidadãos.

Noutra seara, no caso em apreço não foram apresentadas provas capazes de fundamentar a modificação da decisão proferida no Mandado de Segurança impetrado, onde estavam presentes o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, ou seja, apenas com o julgamento da citada ação mandamental é que pode vir a ser modificado o decisório impugnado através da presente demanda mandamental.

Assim, não podem prosperar os argumentos contidos no presente agravo regimental, principalmente porque não restam claros os requisitos que poderiam vir a abalizar a modificação da decisão guerreada, quais sejam o *perigo da demora* e a *fumaça do bom direito*, que passo a transcrever:

Mandado de Segurança: Nº 174719-3

Impetrante: Edineia de Pinho Monteiro

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Advogada: Ana Carla P. Monteiro

Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Edineia de Pinho Monteiro, através de seus representantes legais, ingressou com o presente mandamus, em caráter preventivo, contra ato potencialmente lesivo, da competência do Exmo. Sr. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, em face da necessidade de obter medicamento destinado a combater a moléstia "MIELODISPLASIA", patologia de alto risco de transformação leucêmica, pelo que necessita, segundo laudo do médico acostado à inicial, do "Está, portanto, indicado e prescrito, o uso de Deferasirox (nome comercial EXJADE) na dose de 30 mg/kg de peso/dia na posologia de 04 (quatro) comprimidos de 500 mg/dia, por um total de 06 meses, ou até a obtenção de um balanço de ferro negativo" (fls. 26).

Afirma o impetrante, que o citado medicamento prescrito pelo médico é de alto custo, destacando que "... o único medicamento indicado e prescrito para o caso da impetrante, diante das razões acima expostas, é o DEFERASIROX (nome comercial EXJADE) do laboratório Novartis.", de modo que tal negativa pode redundar no agravamento do seu estado de saúde, conforme o laudo médico de fls. 26 e os receituários de fls. 25 e ss., de lavra do Dr. Aderson da Silva Araújo, Hematologista, inscrito no CRM sob o nº 4571, funcionário do HEMOPE.

Diante do inconformismo com o ocorrido, a Impetrante requer a concessão de provimento liminar, no sentido de que seja determinado de imediato o fornecimento do medicamento

300
24
C

solicitado, vez que não possui condições de adquirir o mesmo sem que prejudique o sustento próprio e familiar, destacando ainda, que é o único meio de combater a doença que possui, para que se garantam todos os meios de sustentáculo de vida a ele paciente.

É o importante a relatar. Decido.

É evidente, pelas provas e alegações apresentadas nos autos a necessidade indubitosa de ser concedido o pleito liminar, principalmente por se evidenciar que a medicação em epígrafe é um dos poucos meios de tentar a sobrevivência da paciente. Observo ainda, que a Impetrante comprovou, através do parecer médico que foi colacionado aos autos, a patologia sofrida e a necessidade urgentíssima de obter novo medicamento, tendo em vista o insucesso dos tratamentos convencionais utilizados, pois do contrário poderia ser levada a óbito, o que fere o disposto na Constituição Brasileira que aponta a vida como o bem maior do ser humano.

A proteção da saúde dos cidadãos é dever do Poder Público, em todas as suas esferas, devendo buscar as melhores possibilidades de combate às doenças e tratamentos médicos, principalmente quando possuem alto custo, impossível de ser arcado sem prejuízo de subsistência da paciente.

Transcrevo a seguir o art. 196 da Constituição Federal de 1988, que estabelece o seguinte:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

O direito líquido e certo destacado pela autora se apresenta latente no caso, satisfazendo os requisitos necessários a concessão da liminar, quais sejam a fumaça do bom direito e o perigo da demora, fato este que torna obrigatória a concessão da medida da liminar, por ser medida da mais lúdima justiça.

Ante o exposto, concedo o provimento liminar requerido e, por conseguinte, determino a Autoridade Impetrada que adote as providências urgentes e necessárias para o fornecimento do medicamento requestado na exordial, sob pena da incidência de multa diária de R\$ 1.000,00 (Mil reais) na hipótese de descumprimento da medida.

Oficie-se a Autoridade Impetrada para, querendo, apresentar as informações de praxe no prazo de lei.

Após cumprido o determinado, independente de nova conclusão, remetam-se os autos à Douta Procuradoria de Justiça.

Publique-se. Recife, 12/09/2008.

Des. Sílvio de Arruda Beltrão - Relator

Ademais, no caso em discussão não ficaram evidentes os requisitos autorizadores para a modificação da decisão concessiva de liminar, vez que não foi demonstrado o latente prejuízo que o Estado recorrente menciona, e sim, poderiam ser causados graves prejuízos a parte adversa, vez que em caso de ser cancelado o fornecimento do medicamento a impetrante poderia a doença ser muito agravada ou até mesmo vir a falecer.

Ante o exposto e a míngua de provas que possibilitem a mudança da tutela concedida, **VOTO PELO IMPROVIMENTO** do presente agravo regimental, mantendo incólume a decisão concessiva discutida, até o julgamento final do Mandado de Segurança de nº 174719-3.

É como voto.
Recife,

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator